

MULHERES NEGRAS, INTELECTUALIDADE E ESTRATÉGIAS DE (RE)EXISTÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Eixo temático 5 - Políticas de Acesso e Permanência de Estudantes da Educação Superior na Perspectiva Inclusiva

Larissa Madalena da Silva Pinheiro, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, e-mail: larissa.heloize@gmail.com

Ana Luisa Alves Cordeiro, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, e-mail: analuisatri@gmail.com

Introdução

Os estudos sobre a população negra, especialmente sobre as mulheres negras, têm ganhado cada vez mais espaços na sociedade brasileira, principalmente no campo da educação, evidenciando fatores de vulnerabilidade racial, social, econômica, de acesso e permanência nos espaços acadêmicos, precarização do trabalho intelectual, entre outros. Ao direcionarmos o olhar sobre as mulheres negras que ocupam os espaços da educação superior, diferentes barreiras tentam inibir o potencial intelectual dessas mulheres a partir do racismo em suas interseccionalidades, pois a educação superior é marcada pela colonialidade da branquitude, por um processo histórico que tenta manter as mulheres negras na base da pirâmide social brasileira.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é evidenciar como as mulheres negras têm construído estratégias de resistência na educação superior e como o trabalho intelectual insurgente tem sido fonte de existência considerando as literaturas presentes na atualidade. Grada Kilomba (2019) evidencia que a academia "[...] é um espaço onde temos estado sem voz e onde acadêmicas/os brancas/os têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como a/o *Outras/os* inferior" (Kilomba, 2019, p. 50, grifos da autora).

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como aporte teórico metodológico os estudos que fazem interface dos campos da Educação das Relações Étnico-Raciais, Feminismos Negros e Políticas de Educação Superior. Como procedimentos metodológicos nos ancoramos na abordagem qualitativa com pesquisa bibliográfica que envolvem artigos, livros, teses e dissertações.

Assim, a produção vincula-se ao projeto de pesquisa "As Interseccionalidades de Gênero, Raça e Classe na Educação Brasileira", coordenado pela Profa. Dra. Ana Luisa



Alves Cordeiro, financiado pela Chamada CNPq/MCTI nº 10/2023 - Faixa A - Grupos Emergentes, Processo: 421555/2023-8. As pesquisadoras são membros do Coletivo Oyá - Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Interseccionalidades e Feminismos Negros Insurgentes (UFMT), a autora principal também é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT) e faz parte da Rede Universitas/Br que desenvolve pesquisas sobre "Políticas de Educação Superior".

O artigo está organizado em cinco partes, sendo eles: Introdução; Metodologia; Referencial teórico; Resultados e discussões; Considerações finais e Referências.

Desenvolvimento

Metodologia

O trabalho ora apresentado se baseia na abordagem qualitativa que "[...] se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais" (André; Gatti, 2008, p. 4). Nessa perspectiva, possui caráter bibliográfico com base nos materiais já elaborados e disponíveis nas literaturas, sendo desenvolvido a partir de artigos, livros, teses e dissertações.

Utilizamos também a pesquisa documental, a partir de documentos oficiais cujas comprovações mostram as políticas públicas dispostas para a população negra e que se constituem "[...] uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador" (Ludke; André, 1986, p. 39). Nesse sentido, também utilizamos dados quantitativos que expõem informações sobre a população negra na educação superior, a partir do site Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Referencial Teórico

Desenvolver pesquisas sobre a população negra, em especial as mulheres negras na educação superior, é muito importante para visibilizar as conquistas e os enfrentamentos vividos. Os estudos com o referencial teórico-metodológico dos Feminismos Negros subsidiam essas pesquisas pois "[...] consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras" (Collins, 2016, p. 101).

Dessa forma, leva em consideração questões que atravessam e interseccionam a trajetória das mulheres negras, pois o feminismo branco composto majoritariamente por

mulheres brancas, desconsidera as demandas das mulheres negras, a exemplo, "o campo dos estudos sobre gênero e ciências no Brasil tem contribuído para invisibilizar a situação das mulheres negras, uma vez que estes têm discutido, em sua maioria, as disparidades de gênero sem abordar as especificidades das mulheres" (Souza, 2018, p. 17).

Verificamos que a interseccionalidade a partir do racismo, machismo, patriarcado e capitalismo atravessa a trajetória das mulheres negras desde muito cedo, dados obtidos a partir do ano de 2022, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demonstram o retrato da desigualdade de gênero, raça e classe na educação brasileira. Segundo a pesquisa, 30,6% das pessoas sem ensino fundamental completo eram mulheres negras e que somente 21,3% das mulheres negras tinham a educação superior completa, ao compararmos com a mulher branca, observamos que apenas 18,9% não possuem ensino fundamental completo e que 35,4% dessa população possuem a educação superior completa. Isso evidencia como as desigualdades de classe e gênero, são atravessadas e complexificadas pelas desigualdades raciais.

Esses dados nos revelam que apesar dos avanços no acesso e conclusão na educação superior, mulheres negras ainda estão enfrentando desigualdades de raça, gênero e classe, entre outras, para acessar esse nível de ensino. Os dados apontam informações voltadas para as diferentes fases da educação brasileira, contudo, observamos que essa falha estrutural se estende ao longo dos anos. As políticas públicas por meio das políticas de ações afirmativas têm sido um meio significativo para o acesso à educação superior, as cotas raciais e sociais com a Lei n. 12.711/2012 – atualizada pela Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023, proporcionam o ingresso tanto na graduação, quanto na pós-graduação e a Lei n. 12.990/2014 propiciam nos concursos públicos.

Ainda assim, observamos em pesquisas as evasões que ocorrem nesse nível de ensino devido a diferentes fatores que prejudicam a permanência de estudantes e docentes negras, entre os fatores interferentes encontram-se a descredibilidade intelectual e a não representatividade negra na literatura acadêmica.

Sueli Carneiro (2023) conceitua o epistemicídio, conceito importante para compreendermos como o conhecimento intelectual é apagado e subjugado. Descreve que o epistemicídio é um instrumento que nega a legitimidade do conhecimento e a posição de produção do conhecimento da população negra (Carneiro, 2023).

Dessa forma, o trabalho intelectual da mulher negra nos espaços da educação superior se torna interdito, uma vez que suas produções são invisibilizadas, é possível

confirmar essa observação ao buscarmos textos produzidos por mulheres nos planos de ensino disponibilizados por docentes da academia, a autora bell hooks (2005) descreve que "a subordinação sexista na vida intelectual negra, continua a obscurecer e desvalorizar a obra das intelectuais negras" (hooks, 2005, p. 467).

Ou seja, de que forma as mulheres negras se sentiram fortalecidas pelos trabalhos intelectuais, se nem ao menos se veem nas produções intelectuais? Essa invisibilização acontece sobretudo porque o trabalho intelectual desempenhado pela população negra, em especial pela mulher negra, ameaça o *status quo*, isto é, foge aos padrões estabelecidos pela hegemonia branca cisheteropatriarcal. A autora hooks (2005) enfatiza que "[...] o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e /ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes" (hooks, 2005, p. 466).

Nessa perspectiva, o papel de intelectual para as mulheres negras em sociedade é necessário para romper com os padrões que oprimem e exploram as mulheres negras, mantendo-as na base da pirâmide social, negando possibilidades outras de se sentirem pertencentes à educação superior.

O trabalho intelectual insurgente deve ser sentido e considerado como um espaço coletivo de existência, onde as mulheres negras possam ser ouvidas e visibilizadas, "[...] enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição [...]" (Gonzalez, 1983, p. 225), essas últimas que reproduzem a lógica capitalista.

Desse modo, é preciso compreender a educação enquanto prática da liberdade, descolonizando corpos e mentes para enfrentar a realidade social, de forma que as mulheres negras sejam consideradas como produtoras do conhecimento, intelectuais que contribuem para construção de conhecimentos, saberes e Ciências.

Resultados e discussão

Enquanto resultado e discussão a partir de nosso objetivo, consideramos que as mulheres negras têm construído estratégias de (re)existência na educação superior por meio de vários mecanismos. O acesso à educação superior por meio de políticas públicas não é um evento isolado, mas fruto de lutas do movimento negro e de mulheres negras.

Ressaltamos que alguns dos mecanismos de resistência e enfrentamento das mulheres negras na educação superior é o racismo institucional, a solidão pedagógica, a

invisibilidade intelectual e a mitigação de bolsas de caráter socioeconômico para a permanência e conclusão, garantindo condições materiais básicas de manutenção da vida.

Apesar disso, estratégias de existência têm sido desenvolvido pelas mulheres negras nesse nível de ensino, como as redes de apoio entre discentes e docentes, os coletivos negros e de mulheres negras, os grupos de estudos e pesquisas com trocas de conhecimento, proporcionando as intelectuais negras "[...] terrenos sólidos onde poderão produzir conhecimento, uma vez que esses conhecimentos não ficarão nos quatro cantos das universidades, mas as mulheres negras propagaram isso nas comunidades" (Pinheiro, 2024, p. 58). A justiça epistêmica e científica estão atreladas a justiça social.

Considerações finais

Consideramos a partir do estudo realizado que a educação superior foi constituída em seus primórdios visando contemplar apenas uma parcela da população – homens brancos e ricos – contudo, diante dos enfrentamentos e lutas dos movimentos negros e de mulheres negras, a população negra tem conseguido ocupar esses espaços.

Mesmo depois de anos dessa conquista, ainda encontramos padrões hegemônicos da branquitude masculina cisheteropatriarcal que tentam barrar o acesso e permanência da população negra nesses espaços, quando refletimos sobre a situação das mulheres negras em particular, consideramos as intersecções que atravessam suas vivências. Por meio dessas reflexões e pesquisas, observamos que as mulheres negras têm construído diferentes estratégias de (re)existência para permanecer e fortalecer o trabalho intelectual insurgente nos espaços da educação superior.

Referências bibliográficas

ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernardete A. **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil:** origens e evolução. Simpósio Brasileiro- Alemão de Pesquisa Qualitativa e Interpretação de Dados, Brasília, 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 3, n. 2, p. 464-478, ago./dez. 2005.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/276-retratos-indicadores/retratos-indicadores-



educacao. Acesso em: 09 mai. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 33-110.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação:** Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PINHEIRO, Larissa Madalena da Silva. **Políticas de Ações Afirmativas na Pós-Graduação *Stricto Sensu*:** A permanência de Estudantes Negras/os Cotistas na UFMT. 2024. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2024.

SOUZA, Fernanda Aparecida de. **A participação de pesquisadoras negras de programas de pós-graduação stricto sensu da UFMG na produção de conhecimento científico**. 2018. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal Tecnológico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.